

País volta a falar com o Comitê

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — O governo brasileiro pretende retomar os contatos formais com o Comitê de Bancos credores na primeira quinzena de outubro. A decisão, que já foi transmitida a alguns bancos, deve ajudar a remover o único obstáculo que poderia complicar a aprovação do programa de estabilização econômica pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), previsto para a mesma época.

O crédito de aproximadamente US\$ 1,4 bilhão que o País havia solicitado ao Fundo no início das negociações deverá ser substancialmente ampliado, podendo incluir um empréstimo adicional de desembolso rápido para proteger o programa econômico dos efeitos da brusca subida

dos preços do petróleo provocada pela crise no Golfo Pérsico.

Ao visitar Brasília, na semana passada, o subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos alertou as autoridades brasileiras sobre a necessidade de acelerar os entendimentos com os bancos, indicando que, na ausência de "progressos identificáveis" com os credores privados, a administração do Fundo teria dificuldades para submeter à diretoria da instituição a proposta de acordo que está sendo finalizada em Brasília.

A decisão de retomar os contatos com o Comitê não significa que o formato da negociação já esteja definido nem que o governo voltou na sua estratégia de buscar uma solução definitiva para o problema da dívida. Brasília indicou aos bancos que, ao final das consultas que conduz no momento com alguns credores, poderá propor mudanças na composição

do Comitê, presumivelmente para que ela reflita melhor o peso dos diferentes grupos nacionais na dívida externa e permita uma negociação mais descentralizada, por intermédio de subcomitês e grupos de trabalho formados de acordo com os interesses de grupos de bancos, como aconteceu no caso recente da Venezuela. Os bancos americanos, que detêm um terço da dívida, têm sete dos 16 assentos no comitê atual, ou seja, 43%, e controlam dois de seus três postos-chave.

□ *A carta de intenção do governo brasileiro ao FMI, que deveria ser assinada hoje, ficou para sexta-feira. O embaixador Jório Dauster se reuniu ontem com o chefe da missão do FMI, Thomas Reichman, em Brasília.*

□ *Mais informações sobre dívida externa na página 3*

País volta a falar com o Comitê

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — O governo brasileiro pretende retomar os contatos formais com o comitê de bancos credores na primeira quinzena de outubro. A intenção, que já foi transmitida a alguns bancos, deve ajudar a remover o único obstáculo que poderia dificultar a aprovação do Plano Collor pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), previsto para a mesma época. O acordo com o FMI está em fase final de negociação em Brasília e seus componentes domésticos estão praticamente fechados, disseram fontes bem-informadas. Falta, porém, assegurar o financiamento externo do programa brasileiro.

O governo indicou aos bancos que, no final das consultas que conduziu no momento com alguns credores, em Brasília, poderá propor mudanças na composição do comitê, presumivelmente para que ela reflita melhor o peso dos diferentes grupos nacionais na dívida externa e permita uma negociação mais descentralizada, por intermédio de subcomitês e grupos de trabalho formados de acordo com os interesses de grupos de bancos, como aconteceu no caso recente da Venezuela. Os bancos americanos, por exemplo, que detêm um terço da dívida, têm sete dos dezesseis assentos no comitê atual, ou seja, 43%, e controlam dois de seus três postos-chave, a presidência (Citicorp) e uma das duas co-presidências (Morgan Guaranty). A possibilidade

de de o Brasil vir à propor mudanças no comitê sugere que o governo ainda não chegou a uma decisão final sobre o formato da negociação. Este é um dos temas que o negociador da dívida, embaixador Jório Dauster, tem explorado na primeira rodada de encontros com os credores, que termina em meados de setembro.

Os bancos queriam que o primeiro encontro ocorresse já em setembro, durante a reunião anual do FMI e do Banco Mundial, mas o governo informou que só terá uma proposta (inclusive do formato da negociação) para lhes apresentar em outubro.

A calculada demora do governo em iniciar entendimentos com os bancos privados, a quem o Brasil não paga juros de dívidas de médio e longo prazo há mais de um ano, vinha criando nas últimas semanas um sério problema potencial para a aprovação do programa pelo Fundo. Na ausência do que o Tesouro americano passou a chamar de “progressos identificáveis” nos entendimentos do Brasil com os bancos, o programa brasileiro não seria submetido à diretoria da instituição, afirmaram fontes oficiais. Nessas circunstâncias, o FMI, que é uma instituição dominada pelos governos dos países credores e tem por função zelar pela estabilidade do sistema financeiro internacional, não poderia dar seu aval ao programa brasileiro, porque, além de a participação dos bancos no seu fi-

nanciamento não estar assegurada, o Fundo estaria legitimando a moratória brasileira sobre o pagamento da dívida externa. Não passou despercebido em Washington o fato de que apenas sete dos trinta bancos convidados para mandar emissários a Brasília responderam ao convite do governo. Se havia algum plano do governo de conduzir as negociações diretamente com cada banco, ele não teve prosseguimento.

Ao passar pelo Brasil, na semana passada, numa viagem a cinco países da América do Sul, o subsecretário do Tesouro americano alertou a ministra Zélia Cardoso de Mello e demais interlocutores sobre o problema pedindo-lhes que introduzissem “um sentido de urgência” nos entendimentos com os bancos e atentassem para a interligação inevitável que existe entre os diversos componentes necessários para assegurar o financiamento externo do programa. Em outras palavras, a estratégia inicialmente definida pelo governo de negociar em sequência, primeiro com o FMI, depois com o Clube de Paris e, finalmente, com os bancos, não teria o apoio de Washington se fosse mantida de forma rígida. Aparentemente convencido de que Mulford e Zélia chegaram a um entendimento sobre os limites a observar na negociação, um alto funcionário americano afirmou, na segunda-feira, que as conversas exploratórias do governo com os bancos “provavelmente ajudarão a fechar negócio mais tarde”.